O PAPEL DO FUNDO PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM AS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: notas para um debate emergente

Estelyta Hanna Guedes Rodrigues Morais[1]

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira[2]

Resumo: O presente artigo objetiva investigar o papel do fundo público e sua relação com as crises do capitalismo contemporâneo. O estudo apresenta um sistemático referencial teórico como fundamentação crítica para compreender as crises do capital, as mudanças ocorridas no capitalismo na década de 1930, as novas configurações propostas a partir de 1970, bem como a conformação do fundo público e o seu papel no socorro às crises financeiras capitalistas. Com o esgotamento da superprodução industrial e a falta de novos espaços para exploração, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público para socorrer suas crises. O Estado utiliza de políticas econômicas liberais, incentivos fiscais e desmontes dos direitos sociais, para atender cada vez mais aos interesses do capital. Com isso, os recursos que deveriam ser destinados às políticas e serviços públicos, vão para o mercado financeiro, para acumulação e valorização dos capitais.

Palavras-chaves: fundo público, crises, capitalismo

Abstract: This article intends, in the light of the Marxist explanation, to investigate the role of the public fund and its relationship with the crises of contemporary capitalism. The analysis presents a systematic theoretical framework as a foundation to understand the crises of capital, the changes that occurred in capitalism in the 1930s, the new configurations proposed from the 1970s onwards, as well as the conformation of the public fund and its role in the relief of financial crises. capitalists. With the depletion of industrial overproduction and the lack of new spaces for exploration, financial markets are increasingly competing for resources from the public fund to help their crises. The State uses liberal economic policies, tax incentives and dismantling of social rights, to increasingly meet the interests of capital. With that, the resources that should be destined to public policies and services go to the financial market, for the accumulation and valorization of capital.

Keywords: public fund, crises, capitalism

[1] Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí.

[2] Doutora em Serviço Social. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas, CNPq, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo possui como principal objetivo analisar o papel do fundo público e sua relação com as crises do capitalismo contemporâneo. Para tanto, é utilizado um sistemático referencial teórico marxista como fundamentação para compreender as crises do capital, as mudanças ocorridas no capitalismo na década de 1930, as novas configurações propostas a partir de 1970, bem como a conformação do fundo público e o seu papel no socorro às crises financeiras capitalistas.

Ao empreendermos essa análise, cujo eixo encontra-se na relação entre capitalismo e fundo público, utilizaremos como base para a construção do conhecimento, o materialismo histórico dialético, pois partimos do princípio de que o conhecimento da realidade social como um todo, e não só de parte das relações sociais existentes, é peça-chave para superação humana dos limites impostos pela sociedade de classes de ordem burguesa.

O presente método fundamenta o pensamento marxista e, caracteriza-se pelo "movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história" (PIRES, 1997, p. 83). É um método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis, cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção.

Isto posto, compreender o materialismo histórico-dialético é instrumentalizar-se para o entendimento da realidade, e nesse caso, a realidade das crises do capitalismo contemporâneo e sua intrínseca relação com o fundo público, que conforme Oliveira (1988), se encontra entrelaçado ao capitalismo desde seu advento, uma vez que foi por meio do financiamento do fundo público que foi possível o deslanchar do capital primitivo.

No decorrer de sua história, o capitalismo acumula diversas crises, que deixaram de ser apenas cíclicas conforme explicita Mandel (1990), para assumir proporções estruturais segundo Mészáros (2009), pelo fato de agora serem cumulativas, crônicas e permanentes. Nesse sentido, a crise estrutural do sistema capitalista tem aprofundado a disjunção entre produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital, culminando na ampliação de suas características destrutivas e na manifestação de sua presença, caracterizada pelo desemprego em

massa, retração dos direitos sociais e um espantoso aumento das desigualdades sociais.

Em relação ao fundo público, Salvador (2010) nos destaca que o mesmo ocupa um importante papel na articulação das políticas sociais e na reprodução do capital. Assim, a presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e nos gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo. Do mesmo modo corrobora Oliveira (1988), ao afirmar que “o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (OLIVEIRA, 1988, p. 19-20).

Com a globalização, segundo Behring (2010), tem-se a diminuição das fronteiras e a inserção de novas tecnologias intensificando a lógica do capital. Essa nova roupagem do capitalismo na globalização, na proporção que, de um lado estimula a massa de lucro e alarga a produção, do outro aumenta o exército industrial de reserva, intensifica a exploração da força de trabalho, diminui salários e exacerba as desigualdades socioeconômicas.

Com isso, a lógica do capital não cria apenas o paradoxo de riqueza e pobreza, mas também é responsável por suas próprias crises. E o fundo público atua nesse processo cíclico de crises do capital, ora por meio de investimentos diretos ao capital, ora no investimento em políticas sociais, que auxiliam na manutenção da força de trabalho, sendo também um investimento indireto do capital.

Nessa perspectiva, a relevância do estudo consiste em compreender, a luz da explicação marxista, as crises do capitalismo e a atuação do fundo público na solução dessas crises. Isto posto, o estudo está organizado em quatro seções além desta introdução. A primeira seção analisa de forma geral as crises do capitalismo, a segunda diz respeito às mudanças do capitalismo no século XX, a terceira nos traz a configuração do fundo público e sua relação com as crises do capitalismo contemporâneo, e por fim, temos as considerações finais.

2. AS CRISES DO CAPITALISMO: notas introdutórias

A história real e concreta do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de sucessivas crises econômicas. Nessa perspectiva, o capitalismo revelou-se profundamente instável,

com períodos de grande expansão e crescimento da produção sendo bruscamente interrompidos por depressões, falências, desemprego e miséria.

Nas sociedades pré-capitalistas, os desastres naturais (como as grandes epidemias) e as catástrofes sociais (como as guerras) eram os principais responsáveis pela destruição dos produtores diretos e dos meios de produção. Isso resultava na carência de bens necessários à vida social; a produção tornava-se insuficiente para atender a demanda, gerando uma crise. As crises pré-capitalistas eram, portanto, crises de subprodução de valores de uso.

Já a crise capitalista se manifesta como uma crise de superprodução de valores de troca; não há insuficiência na produção dos bens, não há carência de valores de uso como nas crises pré-capitalistas, “o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar pelo seu valor de troca e quando isso se evidencia, os capitalistas tendem a parar a produção” (NETTO, BRAZ, 2007, p. 158).

Marx, em várias passagens de suas obras, analisa a superprodução como causa última das crises econômicas. O fenômeno da superprodução é intrínseco à lógica do capital, “pois esta rege-se pela extração da maior quantidade de mais-valia possível, o que na esfera das aparências surge como obtenção do máximo lucro por parte das personificações do capital” (ARAUJO, 2014, p. 110).

Assim, para Araújo (2014), a lógica do capital exige sua permanente auto expansão; no entanto, essa expansão não ocorre de forma retilínea, linear, ela é interrompida por várias contradições que, por sua vez, são a própria manifestação da crise econômica, de tal forma, que a expansão do valor se reafirma nas próprias crises.

Com base nesse pensamento, somos levados a refletir sobre a seguinte questão: por qual motivo ocorre uma superprodução de mercadorias, ao passo que milhões de pessoas estão precisando dessas mercadorias superabundantes? A resposta está no próprio modo de acumulação do capital. O capitalismo leva ao desenvolvimento extraordinário das forças produtivas de trabalho, o que acarreta na produção de uma quantidade exorbitante de produtos, que o mercado não consegue escoar. Em razão da impossibilidade de vender os produtos pelo preço de mercado, há uma queda vertiginosa na taxa de lucro, uma vez que ele terá que vender as mercadorias por um preço abaixo do esperado, que acarreta no desemprego em massa, na queda da renda, dos investimentos, entre outros.

Nesse sentido, a fórmula geral do movimento do capital consiste em: D-M-D': "o capitalista investe dinheiro para produzir as mercadorias com o único objetivo de ganhar mais dinheiro do que investiu. A mercadoria só se realiza quando pode ser convertida em mais dinheiro" (NETTO, BRAZ, 2007, p. 159). A crise é, pois, a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em mais dinheiro, o movimento do capital fica suspenso, e a reprodução ampliada do capital não pode prosseguir.

Entre uma crise e outra tem-se o ciclo econômico, composto esquematicamente por quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge. A crise pode ser detonada por um fator econômico ou político, a partir de então, as operações comerciais se reduzem, as mercadorias não se vendem, a produção é diminuída e/ou paralisada culminando na queda dos preços e salários. As empresas decretam falência, o desemprego aumenta e a classe trabalhadora sofre com a pauperização.

A próxima fase é a depressão, onde o índice de desemprego e os salários mantêm-se no nível da fase anterior, a produção fica estagnada, as mercadorias são estocadas ou destruídas, e quando não, são vendidas a baixos preços. As empresas que sobreviveram buscam por investimentos em tecnologia, novos mercados ou monopolização dos existentes, bem como, por matérias-primas baratas.

Na retomada, "as empresas que sobrevivem incorporam algumas das que faliram, absorvem seus equipamentos e instalações, renovam seus próprios equipamentos e começam a produzir mais" (NETTO, BRAZ, 2007, p.160). O comércio se reanima, os preços sobem, a taxa de lucro se eleva e o índice de desemprego começa a diminuir A produção se restaura nos níveis anteriores à crise.

No auge, a alta concorrência leva os capitalistas a investirem mais em suas empresas, há a retomada do crescimento da produção, dos empregos, dos investimentos, dos novos negócios, a euforia toma conta da vida econômica, e viram tempos de prosperidade. Essa fase perdura até que um novo detonador de crise evidencie a superprodução do mercado e a incapacidade de escoar a produção, fazendo com que se inicie um novo ciclo.

Conforme Mandel (1990), os acontecimentos detonadores das crises do capitalismo são distintos, podendo ser um escândalo financeiro, um brusco pânico bancário, a bancarrota de uma grande empresa ou a brusca falta de uma matéria prima. Mas esses detonadores não são a causa da crise, eles apenas a precipitam. Para que o elemento detonador possa ocasionar a crise, "é necessário que coincida

toda uma série de pré-condições que não decorrem em medida alguma, da influência autônoma do detonador" (MANDEL, 1990, p. 212). Nessa perspectiva, os detonadores só surtirão efeitos ao final da fase do auge, pois todos os elementos já estarão reunidos, e esperam um elemento desencadeador para se manifestar.

Portanto, para Mandel (1990), a crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução. "O capitalismo produziu tantas mercadorias, que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado" (MANDEL, 1990, p. 212). A oferta ultrapassa a demanda solvável, que culmina com a diminuição da produção corrente. Assim, para o autor, é essa venda insuficiente, a não-estocagem e a redução na produção corrente, que vão gerar o movimento cumulativo da crise, que acarreta na redução dos empregos, da renda, dos investimentos, etc.

De acordo com Netto e Braz (2007), as crises são contraditórias. Ao mesmo tempo em que trazem à luz às contradições do modo de produção capitalista, elas criam condições para uma reanimação e um novo auge, isto é, para um novo ciclo.

Assim, as crises são funcionais ao modo de produção capitalista. "Elas constituem os mecanismos mediante os quais o modo de produção capitalista restaura as condições necessárias à sua continuidade" (NETTO, BRAZ, 2007, p.162). Essas crises, por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam suas consequências, não são capazes de levar à destruição do modo de produção capitalista, elas resultam do próprio capitalismo.

Portanto, fazer essa reflexão mais geral acerca das crises do capitalismo é importante para que possamos compreender, com mais clareza, o objeto de estudo do presente artigo, que diz respeito ao fundo público e sua importância na solução das crises do capital. No próximo tópico, analisaremos as mudanças ocorridas no capitalismo na década de 1930, as novas configurações propostas a partir de 1970, e a constituição do fundo público em face desses novos cenários.

3. AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO CAPITALISMO NO SÉCULO XX: a ascensão e crise do Welfare State diante da ofensiva do capital

O Estado capitalista, desde o século XIX, regula a relação conflituosa entre capital e trabalho. Salvador (2010) nos traz como exemplo a Inglaterra, tida com o berço do *laissez-faire*, que passou a adotar medidas de cunho social como o controle de

fábricas, a qualidade da habitação, a segurança na saúde pública, a destinação de recursos para educação pública e o pagamento de indenização por acidente de trabalho na indústria. Na Alemanha (na época Prússia), foi implantado o modelo bismarckiano de proteção social, baseado na lógica do seguro social, feito mediante prévia contribuição de trabalhadores assalariados.

Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, as ideias liberais foram enfraquecidas em seus aspectos subjetivos e materiais. Para Behring e Boschetti (2006), os dois principais motivos do enfraquecimento do liberalismo são: o crescimento do movimento operário em prol da luta por melhores condições de vida e uma situação mais digna no trabalho e o próprio processo de acumulação capitalista que levou à concentração e à monopolização do capital.

Em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão, uma grande crise econômica afeta o mundo, reduzindo em um terço o comércio mundial. A consequência dessa crise "é o desemprego em massa, a forte queda da renda, a queda da taxa de lucro e, com isso, a perda da credibilidade dos pressupostos do liberalismo econômico, dando espaço para o desenvolvimento do keynesianismo" (SALVADOR, 2010, p.42).

Nesse sentido, com a crise do capitalismo em 1929, o Estado desenvolvendo políticas keynesianas, "passou a assumir um destacado papel de regulação, dando origem ao Estado Social que, no século XX, receberia o rótulo de Estado de Bem-Estar Social" (SALVADOR, 2010, p. 42).

Com a consolidação do Estado Social no segundo pós-guerra, os países capitalistas desenvolvidos foram marcados por um crescimento acelerado do capital produtivo, configurando um regime de acumulação intensivo. Conforme Salvador (2010), diferentemente de outras etapas do capitalismo, o crescimento econômico foi acompanhado pelo consumo de massa. E essa articulação garantiu o mercado para escoar a produção, evitando assim o problema da superprodução.

A intervenção do Estado e as políticas de cunho keynesiano/fordista foram decisivas para construção de um determinado padrão de proteção social. Entre as principais medidas adotadas pelo Estado temos as modificações redistributivas no orçamento público com "a implantação de sistemas tributários mais justos tendo como base a cobrança de impostos diretos e progressivos; e a edificação da seguridade social, articulando as políticas de seguros sociais, saúde e auxílios assistenciais" (SALVADOR, 2010, 607).

Maia (2003) destaca que durante os anos do keynesianismo/fordismo, os recursos dos fundos públicos, particularmente o fundo previdenciário, foram destinados para cumprir duas funções: garantir a aposentadoria dos trabalhadores e, durante o processo de acumulação financeira, canalizar as reservas para investimentos, sobretudo no setor de infraestrutura.

Os investimentos públicos nos setores de transporte e equipamentos sociais, segundo Harvey (2001), foram peças-chaves para o crescimento da produção e do consumo de massa, assim como do pleno emprego. “As políticas sociais na área de seguridade social, assistência médica, educação e habitação foram fundamentais para os acordos salariais e para viabilizar a demanda” (SALVADOR, 2010, p.66), em especial a seguridade social, que em momentos de inatividade dos trabalhadores permitia o acesso ao consumo.

Nessa perspectiva, é válido destacar, durante a vigência do Estado de Bem-Estar Social, os gastos com o capital não foram reduzidos, pelo contrário, os investimentos nas políticas sociais aparecem como “financiamento indireto” ao capital, por auxiliar na manutenção da força de trabalho necessária ao capitalismo. Assim, o “desenvolvimento do Welfare State é justamente a revolução nas condições de distribuição e consumo, do lado da força de trabalho, e das condições de circulação, do lado do capital.” (OLIVEIRA, 1988, p. 20).

Esse processo de intervenção estatal, caracterizado pela dependência do capital – seja ele pequeno ou grande – à efeitos estimulantes e reguladores das políticas intervencionistas aplicados tanto na oferta como na demanda, bem como na mão-de-obra, acabou solapando o crescimento econômico. Com isso, a disputa pelo fundo público ficou mais acirrada. Para Salvador (2010), o processo de entendimento do fundo público é o da luta de classes, pois ocorre o “deslocamento da luta de classes da esfera da produção, do chão da fábrica ou das oficinas ou ainda dos escritórios, para o orçamento do Estado” (OLIVEIRA, 1988, p. 53).

O Estado Social, o desenvolvimento fordista e as políticas keynesianas passaram a ser postas em xeque a partir do final da década de 1960 e começo da década de 1970. Conforme Salvador (2010), a ofensiva do capital vai trazer sérios riscos à proteção social e as conquistas sociais obtidas no período do segundo pós-guerra.

A nova fase de acumulação capitalista, marcada pela reestruturação industrial, pela flexibilização das formas de produção, de trabalho, de contratação da força de trabalho, bem como pelas políticas neoliberais de desregulação dos mercados

capitalistas, criaram condições para a hegemonia do capital financeiro. No campo ideológico “o velho liberalismo veste sua nova roupagem, rebatizado de neoliberalismo” (SALVADOR, 2010, p.76). Nesse sentido, as políticas keynesianas diante da internacionalização do capital passam a apresentar limitações, com sinais de esgotamento no padrão de financiamento das políticas sociais e a reação do capital à queda das taxas de lucro.

O desenvolvimento de novas tecnologias, conforme Salvador (2010), aumenta a composição orgânica do capital, reforçando a tendência decrescente da taxa de lucros. Mandel (1990) destaca que, como a força de trabalho está reduzida em relação à reprodução automatizada, ocorre uma queda no valor unitário das mercadorias, o que culmina na desvalorização do capital. Com isso, houve uma superprodução global, aumentando o excedente, o que corrobora para a clássica crise de superprodução do capitalismo, elevando a possibilidade de estagnação.

Segundo Salvador (2010), um dos sintomas da crise do Welfare State foi a perda de velocidade da produtividade na maioria das indústrias dos países capitalistas em decorrência dos aumentos reais dos salários, o que pressionava os custos das empresas e apertava os lucros.

Para Lipietz (1988), um importante elemento da crise é a manutenção da lucratividade do capital, que exige um aporte de capital fixo, isto é, de investimento. Desse modo, a desaceleração do investimento atrelado a queda do nível de emprego em decorrência de sua falta, ocasionou o desemprego e um grande aumento dos gastos do Estado Social. Nesse sentido, “a crise não nasce da falta de mercado, mas é uma crise de valorização de capitais” (SALVADOR, 2010, p. 77).

Já para Oliveira (1988), a crise do Welfare State tem levado à crise fiscal do Estado, nos termos de James O’Connor, devido à disputa entre fundos públicos destinados à reprodução do capital e fundos que financiam a produção de bens e serviços sociais públicos. Nesse sentido, para o autor, a crise do Estado de Bem-Estar Social disfarça a real crise – a crise do padrão de financiamento público, atribuindo aos gastos sociais a culpa pela falha no sistema, deixando em obducto o concreto fator de estagnação, o modelo paradoxal de superlucro e a acumulação frente a exploração da força de trabalho e da luta de classe.

Portanto, “o processo de delineamento estrutural da crise financeira deu-se por meio da ofensiva capitalista em estabelecer a reprodução automatizada de seus bens e serviços, acarretando no aumento de excedentes e na desvalorização de

mercadorias" (FONTENELE, 2020, p.164). A crise, nessa perspectiva, é consequência da busca desenfreada pela expansão global dos mercados, intensificação da extração da mais-valia e baixo retorno financeiro, a resultar na transferência do capital produtivo rumo ao mercado financeiro e seus mecanismos de especulação.

Com o esgotamento da superprodução industrial e a falta de novos espaços para exploração, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público para enfrentar suas crises. O Estado utiliza de políticas econômicas liberais, incentivos fiscais e desmontes dos direitos sociais, para atender cada vez mais aos interesses do capital.

Com base nessa análise, analisaremos a seguir para a conformação do fundo público e o seu papel no socorro às crises do capitalismo contemporâneo.

4. A CONFIGURAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM AS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O fundo público ocupa um importante papel na articulação das políticas sociais e na sua relação com reprodução do capital. Para Salvador (2010), a presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e nos gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo. Do mesmo modo, corrobora Oliveira (1988):

> O que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, às novas possibilidades de progresso técnico abertas. Isto somente se torna possível apropriando parcelas crescentes da riqueza pública em geral, ou mais especificamente, os recursos públicos que tomam a forma estatal nas economias e sociedades capitalistas. (OLIVEIRA, 1988 p. 32.)

Salvador (2010) nos destaca que, o fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, quer seja através do seu próprio orçamento, quer seja por meio de empresas estatais, ou por meio da política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras. Com isso, para o autor, a expressão mais visível do fundo público é o orçamento público.

Dessa forma, o orçamento público é "a materialização da ação planejada do Estado para manutenção de suas atividades e execução de seus projetos, permitindo

a visualização do direcionamento das ações do Estado e de suas efetivas prioridades" (FONTENELE, 2020, p. 167). Ademais, o fundo público deve garantir recursos suficientes para as políticas sociais, uma vez que o alargamento dessas políticas promove a expansão do mercado de consumo.

Para Behring (2010), o fundo público se constitui a partir da punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para desempenho de múltiplas funções. A autora nos destaca que o mesmo atua na reprodução do capital retornando, portanto, para seus segmentos especialmente nos momentos de crise; e na reprodução da força de trabalho, a exemplo da implementação de políticas sociais.

> Há no argumento de Oliveira um elemento indiscutível: o lugar estrutural do fundo público no capitalismo contemporâneo, como expressão da sua maturidade e imensas contradições. A produção e a realização do valor vão requisitar que o Estado se aproprie de parcela bastante significativa da mais-valia socialmente produzida para assegurar as condições gerais de produção e reprodução; dentro desse processo comparece o desenvolvimento de políticas sociais como lugar relevante de alocação do fundo público, a pender, claro, da correlação de forças políticas e de elementos culturais em cada formação nacional (BEHRING, 2004, p. 164).

Nesse sentido, o fundo público não se estrutura – especialmente no capitalismo monopolizado e maduro – somente com o trabalho excedente transformado em valor, mas também com "o trabalho necessário, na proporção em que os trabalhadores pagam impostos direta e, sobretudo, indiretamente, por meio do consumo, onde os impostos estão embutidos nos preços das mercadorias" (BEHRING, 2010, p. 21).

Com a captação dos impostos pagos direta e indiretamente, o fundo público agrega grandes montantes de valor e, em face da financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais seus recursos, impedindo a expansão dos direitos sociais. Conforme Salvador (2010), essa disputa acarreta a pressão do aumento das despesas financeiras do orçamento estatal, o que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais se constituem importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais.

Nesse sentido, para Salvador (2010), ocorre um aumento da transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é o combustível alimentador dos rendimentos dos rentistas. Assim, o autor nos destaca que a característica comum a todas as crises financeiras dos últimos quarenta anos é

o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos.

Conforme Mészáros (2009) e Chesnais (1995), as recentes tentativas de conter os sintomas da crise, que se intensificam cada vez, passam pela transferência dos recursos estatais ao mercado, influenciadas pelo intento em sublimar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas no sistema econômico vigente. Para Fontenele (2015), a esfera financeira irá nutrir-se da riqueza produzida por investimentos e da exploração da força de trabalho "dotada de múltiplas qualificações e amplitude global, complementada pela exploração tributária crescente, especialmente em espaços geopolíticos nos quais as lutas de classes não conseguiram historicamente impor barreiras a sistemas tributários regressivos" (FONTENELE, 2020, p. 166).

Nota-se, a partir da década de 1980, que os interesses dentro do Estado capitalista passam a ser privados, utilizados para suprir a lógica e ao domínio hegemônico do capital financeiro. "Sob o comando das políticas neoliberais foi esgarçada a liberalização financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social, sob o efeito dos juros do serviço da dívida, potencializando a crise estrutural do capitalismo" (SALVADOR, 2010, p. 2012).

De acordo com Behring (2010), em face do atual contexto contemporâneo do capitalismo monopolista em seu período maduro e em crise, percebe-se que o fundo público não é mais um fator *ex ante*, como também não é um fator *ex post* no processo de reprodução do capital, mas sim, um fator *in flux* no ciclo de produção e realização do valor (D-M-D) promovendo a rotação do sistema. Enquanto há de um lado, a repartição do excedente da produção em lucro, juros, renda da terra e fundo público; do outro tem-se "o retorno de parcelas do fundo público na forma de juros [...] por meio dos mecanismos da dívida pública" (BEHRING, 2010, p. 22).

Do mesmo modo, a autora nos aponta sobre a cultura da crise, isto é, sobre o ideário de que a crise do capital é uma crise de todos, e que sendo de todos, toda a sociedade precisa se esforçar e sacrificar para que essa crise seja superada. Um dos fatores preponderantes a crise seria a falta de regulação, ou melhor, a sua desregulação.

No entanto, é observado que o sacrifício é somente feito pelas classes subalternas para o gozo da burguesia, pois, a medida em que as ações de combate à crise reduzem os custos com o emprego, a renda e consumo, elas aumentam as

desigualdades sociais e ampliam os lucros do grande capital. Em outras palavras, durante as crises são reduzidos os investimentos em políticas sociais, empregos e salários, e em contrapartida é estimulado o socorro ao capital, sendo ampliados os recursos do fundo públicos destinados ao capitalismo.

Para Salvador (2012), a financeirização da riqueza implica em pressão sobre as políticas sociais, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, “as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, e a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social” (SALVADOR, 2012, p.606).

Nessa perspectiva, para o autor, no contexto neoliberal, os benefícios da seguridade social são transformados em mais um “produto” financeiro, alimentando a especulação financeira, tornando as aposentadorias de milhares de trabalhadores refém das crises financeiras internacionais.

No tocante à realidade brasileira, têm-se a partir de 2016, um projeto “ultraliberal” marcado pela vigência da Emenda Constitucional n.95/2016, que alterou o ato das disposições constitucionais transitórias para instituir um novo regime fiscal, cujo principal objetivo consiste em limitar as despesas com saúde, educação, assistência social, entre outros pelos próprios 20 anos. Do mesmo modo, podemos citar a reforma trabalhista, a lei de terceirização e a reforma da previdência como parte deste projeto neoliberal de subtração de direitos, desmantelo das políticas sociais e ampliação das margens de apropriação do fundo público para garantir a reprodução ampliada do capital financeiro.

5. CONCLUSÃO

Em suma, pensar o processo de formação e desenvolvimento das crises do capitalismo constitui um esforço de compreender que elas sempre estiveram presentes em sua trajetória. Como vimos, o Estado de Bem-Estar Social emergiu como solução à grande crise de 1929; do mesmo modo, o capitalismo passou por outra grande crise na década de 1970, em razão das dificuldades em manter a lucratividade do capital e em realizar investimentos para superar o desemprego.

Para justificar as crises cíclicas do capitalismo, os neoliberais atacaram o Welfare State acusando-o pela crise instalada, insistindo na necessidade da não intervenção

do Estado e na desregulamentação do mercado de trabalho como alternativa. Aos poucos os investimentos do setor produtivo migraram para o financeiro, gerando aumento da especulação, marcando a fase da financeirização, pautada em investimentos de alto risco, sem lastro de investimentos produtivos.

Em face da financeirização da riqueza, os mercados apropriam-se de forma exacerbada dos recursos provenientes do fundo público, seja através do pagamento de juros da dívida pública, ou por meio dos incentivos fiscais e isenções de tributos fornecidos pelo Estado. Com a apropriação do fundo público através dos juros da dívida pública, o capital financeiro valoriza-se constantemente.

Com isso, quem "paga a conta" do fundo público é a classe trabalhadora, mediante os impostos sobre seus salários e por meio de tributos indiretos. Os recursos do fundo público, que deveriam ser destinados às políticas e serviços públicos, vão para o mercado financeiro e para acumulação e valorização dos capitais. Desse modo, o fundo público, que deveria ser destinado às políticas sociais, é pressionado pelo capital financeiro para migrar para o pagamento da dívida pública e, assim, alimentar os grandes capitais e superar suas crises.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P.H. Mandel e as crises econômicas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n 39. Rio de Janeiro, 2014.

BEHRING, E. R. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, I. (Org.) Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: **Cortez Editora,** 2018.

BEHRING, E. R**.** Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M.; MIOTO, R. C. T. (orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos. Cap. 1 (pp.13-34). São Paulo: **Cortez Editora**, 2010.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: **Cortez Editora**, 2006.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, (5):1-30, dez.1995.

FONTENELE, A. Estado e Fundo Público: ferramentas a serviço do capital. **Revista Direitos, trabalho e política social**. CUIABÁ, V. 6, n. 10, p. 157-179, Jan./jun. 2020.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: **Edições Loyola** 1992.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: **Edições Loyola**, 2014.

LIPIETZ, A. Miragens e milagres. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: **Nobel**,1988.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: **Abril Cultural,** 1982.

MANDEL, E. A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista. **Ensaio**. São Paulo, 1990.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: **Boitempo**, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo: **Cortez,** 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista, 1848. Porto Alegre: **L&PM**, 2009.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: **Editora Boitempo**, 2009.

OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Revista Novos Estudos**, n. 22. Outubro, 1988.

PIRES, M. F. C. A educação e o materialismo histórico e dialético**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./ dez. 2010.

SALVADOR, E. Fundo público e seguridade social no Brasil**.** São Paulo: **Cortez**, 2010. Cap. 1 (pp. 53-116).

SALVADOR, E. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social Revista de Londrina**, vol. 14, N.2, p. 04-22, Jan./Jun. 2012.